



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 6ª VARA DO
TRABALHO DE CAMPINA GRANDE**

Equipe de Correição: Alexandre Roque Pinto (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Rodrigo Cavalcante Barreto, Silvana Marsicano Franca e Vladimir Azevedo de Mello.

Jurisdição	Alagoa Nova, Alcantil, Algodão de Jandaíra, Amparo, Arara, Areial, Aroeiras, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Campina Grande, Caraúbas, Caturité, Congo, Coxixola, Cubati, Cuité, Damião, Esperanca, Fagundes, Frei Martinho, Gado Bravo, Gurjão, Ingá, Itatuba, Juarez Távora, Juazeirinho, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Mogeiro, Montadas, Monteiro, Natuba, Nova Floresta, Nova Palmeira, Olivedos, Ouro Velho, Parari, Pedra Lavrada, Picuí, Pocinhos, Prata, Puxinanã, Queimadas, Remígio, Riachão do Bacamarte, Riacho de Santo Antônio, Santa Cecília, Santo André, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião de Lagoa de Roça, São Sebastião do Umbuzeiro, São Vicente do Serido, Serra Branca, Serra Redonda, Soledade, Sossego, Sumé, Umbuzeiro, Zabelê
Normativo de criação	RA nº 16/2017 e Ato TRT GP nº 146/2017



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Data de instalação	8/5/2017
Data da última correição	7 de junho de 2022
Período de correicionado	1º/5/2022 a 31/7/2023

Aos 18 de agosto de 2023, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 25/2023 publicado no DJET - Adm e Jud, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Alexandre Roque Pinto e do Secretário da Corregedoria, Rodrigo Cavalcante Barreto, foram recebidos presencialmente, na sede da Vara, pela Juíza titular, Joliete Melo Rodrigues Honorato, pela Juíza substituta fixa, Adriana Lemes Fernandes Maracaja Coutinho, pela Diretora de Secretaria, Talita Simões Leão e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/5/2022 a 31/7/2023 (15 meses) e nas informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Joliete Melo Rodrigues Honorato	21/6/2021 - Ato TRT SGP nº 120/2021



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1.2 Magistrada substituta fixa

Juíza Substituta Fixa	Fixação na Unidade
Adriana Lemes Fernandes Maracaja Coutinho	16/10/2017 Ato TRT SCR nº 111/17

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande conta, atualmente, com **12** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Denise Wortmann Clerot	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	11/8/2021
Givanilson Alves da Silva	Calculista	8/5/2017
Joel Vieira de Alvarenga	Assistente III	20/1/2019
Karla Patricia Azevedo de Araujo	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	8/7/2019
Luiz Carlos Moreira Oliveira Junior	Técnico Judiciário – Assistente III	8/5/2017
Marco Luis Brito Mioni	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	23/10/2017
Napoleão Ramos de Brito Segundo	Calculista	21/6/2017
Paula Reuter de Oliveira Guerra	Técnico Judiciário	27/7/2023
Rubens Augusto Barbosa Paiva	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	8/5/2017
Sonia Elizabete de Melo	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	8/5/2017
Tadeu Gomes Confessor	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	8/5/2017
Talita Simoes Leao	Analista Judiciário – Diretor de Secretaria	9/1/2023

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, separando-se por fases de conhecimento e execução, segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria. Informou, ainda, que fez uma apresentação aos servidores em relação à ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT, conferindo as dificuldades de acesso, para possibilitar eventual cadastro.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE

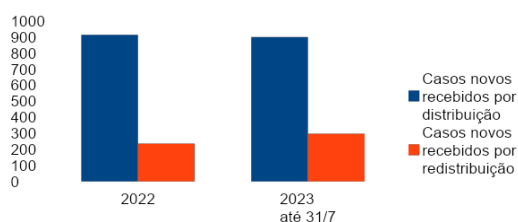
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande contabilizava, em 31/7/2023, um acervo processual de 1.461 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	811
Fase de Liquidação	137
Fase de execução	505
Cartas precatórias e de ordem	8
TOTAL	1461

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2022	2023 até 31/7
Casos novos recebidos por distribuição	912	898
Casos novos recebidos por redistribuição	235	297
TOTAL	1147	1195



No período correicionado, há registro de seis processos com sentenças anuladas e quatro processos com sentenças reformadas, ambos pela instância superior, abaixo relacionados:

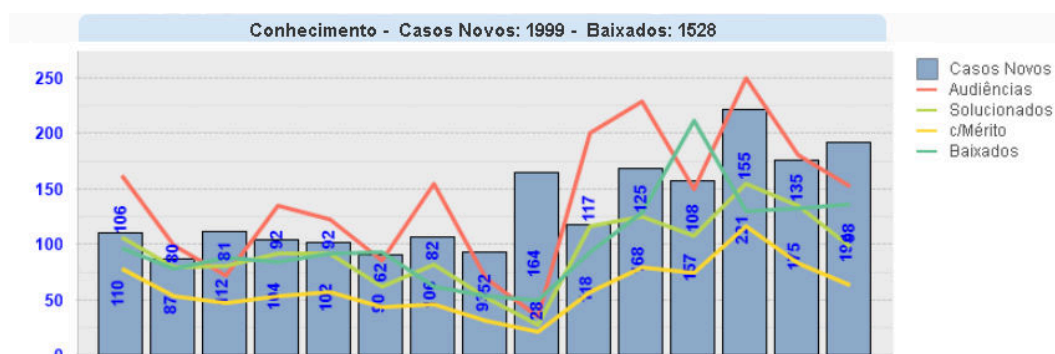
Sentenças anuladas	Sentenças reformadas
0000476-76.2021.5.13.0014	0000071-40.2021.5.13.0014
0000763-39.2021.5.13.0014	0000114-06.2023.5.13.0014
0000235-05.2021.5.13.0014	0000944-06.2022.5.13.0014



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

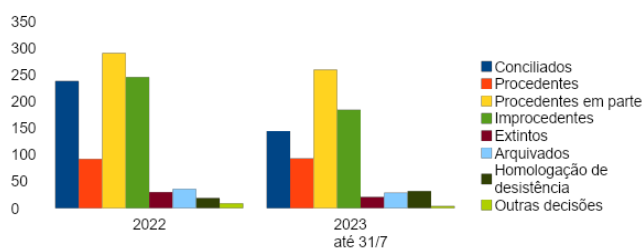
0000891-25.2022.5.13.0014	0000211-43.2022.5.13.0014
0000402-85.2022.5.13.0014	
0000401-03.2022.5.13.0014	

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (maio/2022 a julho/2023).



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2022	2023 até 31/7
Conciliados	238	144
Procedentes	92	93
Procedentes em parte	290	259
Improcedentes	245	184
Extintos	30	21
Arquivados	36	29
Homologação de desistência	19	32
Outras decisões	9	4
TOTAL	959	766



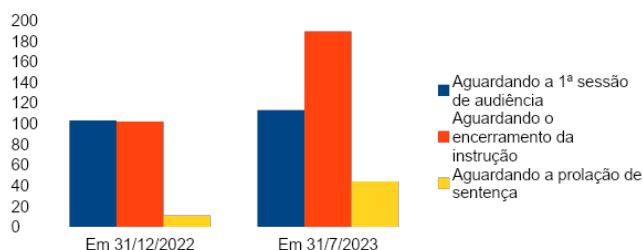


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2022	Em 31/7/2023
Aguardando a 1ª sessão de audiência	103	113
Aguardando o encerramento da instrução	102	189
Aguardando a prolação de sentença	11	44
TOTAL	216	346



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2022	2023 até 31/7	Varição (%)
Fase de conhecimento	760	811	6,71%
Fase de liquidação	19	137	621,05%
Fase de execução	466	505	8,37%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	2	8	9	6	0
Conciliação em conhecimento	16	61	49	36	16
Conciliação em Execução	5	4	9	18	4
Una	316	346	376	353	132
Instrução	21	29	23	31	28

Segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Unidade correicionada normalmente realiza audiências de segunda a quinta-feira e, excepcionalmente, às sextas-feiras, de acordo com a dinâmica da pauta, velando-se por uma média de, no máximo, 20 a 25 dias, a depender da entrega das notificações pelos Correios.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de Campina Grande (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MÊS	1ª VTCG	2ª VTCG	3ª VTCG	4ª VTCG	5ª VTCG	6ª VTCG	7ª VTCG	Média (excluída a unidade correicionada)
5/22	155	154	148	174	205	162	244	180
6/22	86	145	103	139	111	99	199	130,5
7/22	126	114	92	130	83	72	152	116,16
8/22	114	147	124	146	123	135	164	136,33
9/22	155	159	169	191	123	123	146	157,16
10/22	116	102	108	98	80	85	122	104,33
11/22	168	175	77	137	122	155	159	139,66
12/22	64	94	99	90	79	70	100	87,66
1/23	8	26	62	53	34	35	38	36,83
2/23	128	171	158	139	103	200	139	139,66
3/23	172	207	167	206	222	228	233	201,16
4/23	125	142	183	102	119	150	164	139,16
5/23	242	260	243	248	189	250	246	238
6/23	150	173	190	193	205	180	152	177,16
7/23	171	175	159	165	157	152	178	167,5
TOTAL	1980	2244	2082	2211	1955	2096	2436	2151,27

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2022	2023 até 31/7
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	27	27
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	46	44
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	74	70
Da conclusão à prolação da sentença	12	11
Do ajuizamento até a prolação da sentença	85	77



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2022	2023 até 31/7
Embargos de declaração	Recebidos	258	179
	Baixados	276	177
	Pendentes	13	15
Tutela Provisórias	Recebidos	72	57
	Apreciadas	71	44
	Pendentes	2	3
Liquidação/Execução	Recebidos	32	32
	Baixados	24	24
	Pendentes	3	6

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/5/2022 a 31/7/2023			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	970	936	46
Recurso adesivo	40	35	3
Agravo de petição	56	43	6
Total	1066	1014	55

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2022**: **79** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **108** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **90** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/7** é de **70** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **91** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **80** dias. Em relação a todas as classes processuais,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

o tempo médio de duração do processo é de **85 dias**, para o ano base de **2022** e de **77 dias**, relativo a este ano de **2023**, até **31 de julho**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2022**, foi de **409 dias**, e de **281 dias**, referente ao exercício atual até o dia **31 de julho**.

8. NÚMERO DE PROCESSOS NA FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

Item	2022	2023 até 31/7
Execuções pendentes	367	452
Execuções iniciadas	294	353
Desarquivados	159	87
Recebidos de outros Órgãos	1	-
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	218	311
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	187	15
Total de processos pendentes de execução	452	491

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (maio/2022 a julho/2023).





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 31/7
Acordo	PJe	R\$ 4.263.565,31	R\$ 3.232.900,65
Espontâneo	PJe	R\$ 2.681.452,51	R\$ 1.974.560,12
Execução	PJe	R\$ 4.318.416,41	R\$ 3.549.525,52
TOTAL		R\$ 11.263.434,23	R\$ 8.756.986,29

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 31/7
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 313.694,65	R\$ 263.449,75
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 1.432.659,34	R\$ 1.283.243,24
Imposto de renda	PJe	R\$ 82.275,78	R\$ 36.716,72
TOTAL		R\$ 1.828.629,77	R\$ 1.583.409,71

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/5/2022 a 31/7/2023		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	347
INFOJUD	PJe	102
INFOSEG	PJe	12
RENAJUD	PJe	201
BNDT	Pendentes (PJe)	53
	Incluídos (PJe)	223

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,93%
Unidade Correicionada	102,28%

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,92%
Unidade Correicionada	87,29%

Para efeito de controle da **Meta 1/2023**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **898** casos novos (por distribuição) e **762** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de 87,29%.

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,01% da Meta 2
	99,52% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	107,08% da Meta
	99,58% dos processos distribuídos até 31/12/2020

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,18% da Meta 2
	99,67% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	107,07% da Meta 2
	99,57% dos processos distribuídos até 31/12/2021

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,47% da Meta 3
	34,99% de índice de conciliação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidade Correicionada	75,14% da Meta 3
	30,06% de índice de conciliação

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	88,38% da Meta 3
	35,35% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	61,35% da Meta 3
	24,54% de índice de conciliação

Meta 5/2022 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.

Unidades de primeiro grau do TRT	139,89%
Unidade Correicionada	145,55%

Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.

Unidades de primeiro grau do TRT	80,59%
Unidade Correicionada	100,96%

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça (IPC-Jus), apresentado anualmente no relatório “Justiça em Números” do CNJ, busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, ao comparar a eficiência otimizada com a aferida em cada unidade judiciária, a partir da técnica de Análise Envoltória de Dados (Data Envelopment Analysis - DEA). Tal método permite comparações entre tribunais do mesmo ramo de justiça, independentemente de seu porte, considerando o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada tribunal.

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas pelo órgão, que são o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), o Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), a Despesa Total do Tribunal e a Taxa de Congestionamento Líquida (TCL), o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias de primeiro grau é o aumento do quantitativo de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2021 e 2022, e, nos primeiros meses de 2023, proporcionalmente. Já quanto à fase de execução, houve redução do quantitativo de processos baixados entre os anos de 2021 e 2022, e um aumento, nos primeiros meses de 2023, proporcionalmente.

Processos baixados	2021	2022	2023 até 31/7
Fase de conhecimento	826	988	881
Fase de execução	270	237	334

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)

	3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.037
	2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	954
	4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	952
	1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	917
	5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	874
	6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	826
	7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	727

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento)

	7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.098
	5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.000
	6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	988
	2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	977
	1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	966
	3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	961
	4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	959

Comparativo por jurisdição - 2023 (baixados/conhecimento até 31/7)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	899
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	883
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	881
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	843
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	826
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	773
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	677

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)

2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	611
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	552
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	538
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	534
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	470
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	270
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	238

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução)

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	743
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	610
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	551
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	541
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	407
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	237
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	185

Comparativo por jurisdição - 2023 (baixados/execução até 31/7)

5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	508
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	364
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	334
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	330
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	289
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	286
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	276

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande encontra-se na **375ª colocação**, entre as 1.570 varas do país (1º quartil).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1.001 e 1.500 (529 varas no total), a unidade correccionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/7/2022 a 30/6/2023):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtividade peso 0,2	Tx congest peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	1º	5º	8º	181º	1º	41º
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	2º	1º	197º	8º	33º
3ª Região - MG - 1ª Vara de Ribeirão das Neves	3º	53º	48º	215º	6º	1º
13ª Região - PB 6ª VT de Campina Grande	138º	32º	6º	528º	121º	88º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas (período de referência de 1º/7/2022 a 30/6/2023 - atualizado em 27/7/2023):

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	1º	91,76	8,52	169,66
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	30,75	45,03	146,25
3ª Região - MG - 1ª Vara de Ribeirão das Neves	3º	118,16	52,96	481,22
13ª Região - PB 6ª VT de Campina Grande	138º	70,73	18,17	305,77



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	1º	1230	667	12
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	1081	202	8
3ª Região - MG - 1ª Vara de Ribeirão das Neves	3º	1867	623	10
13ª Região - PB 6ª VT de Campina Grande	138º	1217	384	10

Observando os mesoindicadores do e-Gestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de setembro/2022, dezembro/2022 (após reprocessamento das cargas do e-Gestão), março/2023 e junho/2023, estando a 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 14 de agosto de 2023):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
setembro 22	244º	78º	41º	1515º	222º	293º
dezembro 22	392º	104º	30º	1564º	352º	498º
março 23	461º	78º	18º	1569º	408º	485º
junho 23	375º	94º	16º	1569º	266º	271º

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de Campina Grande encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país - (1º/7/2022 a 30/6/2023 - atualizado em 27/7/2023):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Vara	Colocação no IGEST
3ª VT CG	251ª
2ª VT CG	301ª
5ª VT CG	367ª
6ª VT CG	375ª
1ª VT CG	449ª
7ª VT CG	688ª
4ª VT CG	788ª

JUÍZES

13. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

Juiza Titular

Joliete Melo Rodrigues Honorato			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	9/7/2022 a 28/7/2022	20
Férias	SAOAdm	16/7/2023 a 31/7/2023	16

Juíza Substituta

Adriana Lemes Fernandes Maracajá Coutinho			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	9/6/2022 a 8/7/2022	30
Férias	SAOAdm	22/9/2022 a 11/10/2022	20
Férias	SAOAdm	25/6/2023 a 14/7/2023	20

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face das Magistradas (titular e substituta fixa) e dos demais Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

13.2 Audiências realizadas (1º/5/2022 a 31/7/2023)

	Una	Enc. inst/ inq de	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Joliete Melo Rodrigues Honorato	798	-	62	12	100	51	1023
Adriana Lemes F. Maracaja Coutinho	759	-	70	10	91	46	976
Aercio Pereira de Lima Filho	-	-	-	-	47	6	53
Alisson Almeida de Lucena.	-	-	-	-	22	-	22
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	-	-	-	-	-	12	12
Mariana Petit Horácio de Brito	-	-	-	-	-	4	4
Fernando Luiz Duarte Barboza	-	-	-	-	1	5	6

13.3 Incidentes julgados (1º/5/2022 a 31/7/2023)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
Joliete Melo Rodrigues Honorato	138	52	32	222
Fernando Luiz Duarte Barboza	1	-	1	2
Adriana Lemes F. Maracaja Coutinho	204	42	10	256
Andre Wilson Avellar de Aquino	-	1	-	1
Larissa Leonia B. de Andrade Albuquerque	1	-	1	2

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Adriana Lemes F. Maracaja Coutinho	135	9	300	188	2	27	15	23	699
Alisson Almeida de Lucena.	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Joliete Melo Rodrigues Honorato	174	134	154	168	3	24	24	31	712



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Adriana Lemes F. Maracaja Coutinho	135	9	300	188	2	27	15	23	699
Alisson Almeida de Lucena.	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Mariana Petit Horácio de Brito	-	-	-	-	-	-	1	-	1

No período correicionado, a Juíza titular laborou 391 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,82 processo/dia. A Juíza substituta fixa laborou 357 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,96 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

14.2. Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	714
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	573
Homologação da Transação Extrajudicial	72
Consignação em Pagamento	19
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	15
Embargos de Terceiro Cível	7
Ação de Cumprimento	5
Petição	2
Ação Civil Pública Cível	2
Ação Civil Coletiva	2
Tutela Antecipada Antecedente	1
Alvará Judicial - Lei 6858/80	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistradas	Sentenças líquidas	%
Joliete Melo Rodrigues Honorato	240	83,33%
Adriana Lemes Fernandes Maracaja Coutinho	294	95,15%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrados	Total
Adriana Lemes Fernandes Maracaja Coutinho	699
Alisson Almeida de Lucena	1
Joliete Melo Rodrigues Honorato	712
Mariana Petit Horácio de Brito	1

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 10 dias

Magistrados	Dias
Adriana Lemes Fernandes Maracaja Coutinho	11
Joliete Melo Rodrigues Honorato	9
Mariana Petit Horácio de Brito	-

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2022 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório de 2022, no mês de outubro, tendo a Juíza Titular da unidade correicionada enviado resposta em 23/11/2022, destacando que a unidade tem envidado esforços para a melhoria do tempo médio de duração do processos nas fases de conhecimento e execução, o que pode ser observado pela Corregedoria Regional neste exercício de 2023, com a efetiva redução dos prazos.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

intranet do TRT13, seguindo caminho descrito: -> Institucional-> Corregedoria
-> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre maio de 2022 e julho de 2023 - 15 meses:

Movimentação	Valor Total
Pagamento ao advogado	R\$ 1.595,97
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra Vara do Trabalho	R\$ 1.101,52
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 54.457,57
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 12,33
Recolhimento contribuições previdenciárias	R\$ 6.967,83
Recolhimento de custas processuais	R\$ 44,74
TOTAL:	R\$ 64.179,96

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 004/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000244-98.2020.5.13.0014, 0130272-33.2015.5.13.0014, 0000727-36.2017.5.13.0014, e 0000411-18.2020.5.13.0014.

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR N° 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores. Segundo informações prestadas pela Ejud (PROAD N° 1882/2023), as Juízas titular e substituta fixa não participaram, no exercício anterior, de cursos voltados à conciliação, mediação e à efetividade da execução, apenas a Juíza substituta se fez presente em cursos de formação continuada (art. 39 da Resolução ENAMAT n.º 28, de 28 de setembro de 2022), abaixo relacionados.

Magistrada	Descrição
ADRIANA LEMES FERNANDES MARACAJÁ COUTINHO	Módulo II dos Estudos Avançados de Execução: Meios de Defesa e Expropriação - PROAD 1096/2022 - nos dias 16, 23, 30.03 e 6.4 - 10 h/a Módulo I dos Estudos Avançados de Execução: Teoria Geral da Execução - PROAD 949/2022 - dias 11 e 25/03, 01 e 8/4 - 10 h/a Módulo III dos Estudos Avançados de Execução: Jurisprudência do TST acerca da temática Execução - PROAD 1652/2020 - DIAS 12 E 13/MAI. - 12 H/A Módulo V dos Estudos Avançados de Execução: Práticas de Execução – PROAD 1472/2022 – DIAS 3 E 10/6 – 5 H/A Curso de Formação Continuada sobre O Direito e o Processo do Trabalho nas Recuperações Judiciais e Falências - EAD

Os servidores, Luiz Carlos Moreira Oliveira Junior e Paula Reuter de Oliveira Guerra, lotados na Unidade correicionada, não participaram de capacitações, consoante informado pela Ejud (PROAD N° 1882/2023) e Segepe (PROAD 2478/2023), em 2022. Os demais servidores, abaixo relacionados, estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.

Servidores	Descrição
DENISE WORTMANN CLEROT	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

GIVANILSON ALVES DA SILVA	<p>TRT - MÓDULO II DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: MEIOS DE DEFESA E EXPROPRIAÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO, PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL.</p> <p>TRT - MÓDULO III DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: JURISPRUDÊNCIA DO TST ACERCA DA TEMÁTICA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - EM FORMATO HÍBRIDO</p> <p>TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13ª REGIÃO / HÍBRIDO</p> <p>TRT - SIMPLIFICAÇÃO DE LINGUAGEM - PALESTRA ONLINE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - JURISPRUDÊNCIA CONTEMPORÂNEA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDO</p> <p>TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL DA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / O CURSO OCORREU DE FORMA HÍBRIDA.</p> <p>TRT - MÓDULO V DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: PRÁTICAS DE EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p>
JOEL VIEIRA DE ALVARENGA	<p>TRT - NOVAS FUNCIONALIDADES DA VERSÃO 2.7 DO PJE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
KARLA PATRICIA AZEVEDO DE ARAUJO	<p>TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA 2022.1 - MÓDULO I - PALESTRA - EM BUSCA DA LIBERDADE FINANCEIRA / ESTRATÉGIA E POLÍTICA - ESTRAPOLI - SEGEPE</p> <p>TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / O CURSO OCORREU DE FORMA HÍBRIDA.</p> <p>TRT - MÓDULO II DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: MEIOS DE DEFESA E EXPROPRIAÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO, PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL.</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - MÓDULO V DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: PRÁTICAS DE EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p>
MARCO LUIS BRITO MIONI	<p>TRT - CRIPTOATIVOS E EXECUÇÃO TRABALHISTA - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

LIVE No 08/2022 - DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO MERCADO DE TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 17ª REGIÃO

LIVE No 014/2022 - PAINEL: DIVERSIDADE GERACIONAL, POR OCASIÃO DA SEMANA DA DIVERSIDADE DO TRT2 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 2ª REGIÃO

LIVE No 013/2022 - PAINEL: DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL, POR OCASIÃO DA SEMANA DA DIVERSIDADE DO TRT2 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 2ª REGIÃO

TRT - DIREITO DAS MINORIAS E DISCRIMINAÇÃO POR GÊNERO, RAÇA E ORIENTAÇÃO SEXUAL - WEBINÁRIO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO

TRT - IGUALDADE E INCLUSÃO RACIAL NO JUDICIÁRIO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO

TRT - MÓDULO III DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: JURISPRUDÊNCIA DO TST ACERCA DA TEMÁTICA EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - EM FORMATO HÍBRIDO

TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13ª REGIÃO / HÍBRIDO

TRT - MÓDULO V DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: PRÁTICAS DE EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL

TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO

TRT - PROFISSÕES REGULAMENTADAS - EMPREGADOS DOMÉSTICOS, TRABALHADORES RURAIS E MOTORISTAS PROFISSIONAIS (MÓDULO I) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO

TRT - PROFISSÕES REGULAMENTADAS - REVISÃO E ATUALIZAÇÃO - MÓDULO II - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO

TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA 2022.1 - MÓDULO II - INVESTINDO PARA SUA APOSENTADORIA - PALESTRA / SEGEPE TRT DA 13ª REGIÃO

TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA 2022.1 - MÓDULO III - CAMINHOS PARA O CRESCIMENTO DO SEU DINHEIRO - PALESTRA / SEGEPE DO TRT DA 13ª REGIÃO

TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA 2022.1 - MÓDULO IV - PERSPECTIVAS NA ECONOMIA BRASILEIRA PARA 2022/2023 - PALESTRA / SEGEPE DO TRT DA 13ª REGIÃO

TRT - SEMANA DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO

TRT - WEBINÁRIO JUSTIÇA 4.0: DESAFIOS, PROJETOS,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>CENÁRIOS E ENTREGAS / ENAMAT</p> <p>LIVE No 010/2022 - PAINEL PREPARATÓRIO PARA A SEMANA DA DIVERSIDADE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 2ª REGIÃO</p> <p>LIVE No 012/2022 - SEMANA DA DIVERSIDADE DO TRT2 - PAINEL: DIVERSIDADE DE ORIGEM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 2ª REGIÃO</p> <p>LIVE No 011/2022 - SEMANA DA DIVERSIDADE DO TRT2 - PAINEL: DIVERSIDADE DE GÊNERO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 2ª REGIÃO</p>
NAPOLEÃO RAMOS DE BRITO SEGUNDO	<p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
RUBENS AUGUSTO BARBOSA PAIVA	<p>TRT - SEMINÁRIO SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS TRABALHISTAS NA PERSPECTIVA DA RECOMENDAÇÃO 123/2022 DO CNJ / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>REFORMA TRABALHISTA / INTRA</p> <p>TRT - ASPECTOS DESTACADOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL AOS AGENTES PÚBLICOS FEDERAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
SONIA ELIZABETE DE MELO	<p>TRT - NOVAS FUNCIONALIDADES DA VERSÃO 2.7 DO PJE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - SIMPLIFICAÇÃO DE LINGUAGEM - PALESTRA ONLINE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
TADEU GOMES CONFESSOR	<p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
TALITA SIMÕES LEÃO	<p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - NOVAS FUNCIONALIDADES DA VERSÃO 2.7 DO PJE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - MÓDULO V DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: PRÁTICAS DE EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13a REGIÃO / HÍBRIDO</p> <p>TRT - GOOGLE WORKSPACE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - A TECNOLOGIA NÃO É NEUTRA - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DESCRIMINACAO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE PRECATÓRIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO / ENAMAT</p> <p>CURSO PARA ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS - SISTEMA GARIMPO - VERSÃO 2.2.7 - PARTE NEGOCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21a REGIÃO</p> <p>6o FONACOR - FÓRUM NACIONAL DAS CORREGEDORIAS: ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DAS CORREGEDORIAS PARA 2023 / CNJ</p> <p>2a REUNIÃO PREPARATÓRIA DO XVI ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO - RANKING DA TRANSPARÊNCIA / CNJ</p> <p>TRT - SEMINÁRIO ABRIL VERDE NO JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - SIMPLIFICAÇÃO DE LINGUAGEM - PALESTRA ONLINE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDA</p> <p>TRT - WEBINÁRIO JUSTIÇA 4.0: DESAFIOS, PROJETOS, CENÁRIOS E ENTREGAS / ENAMAT</p> <p>TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p>
--	--

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 09 despachos correicionais no PJe.

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não houve registro de manifestação, nos últimos seis meses, na unidade correicionada.

21. RECOMENDAÇÕES

Aos magistrados

1. Recomendações gerais

- a) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- b) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- c) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório ou sobrestados em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convolada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- d) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório ou sobrestados com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2. Recomendações específicas

- a) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase de execução;
- b) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR N° 007/2022 no que se refere aos procedimentos a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, e arquivamento definitivo dos autos;
- c) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

À Diretora de Secretaria

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo *Hórus* e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade, e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0130358-04.2015.5.13.0014 (paralisado indevidamente no período de 15/07/2023 até 13/08/2023), 0000223-25.2020.5.13.0014, e 0000393-26.2022.5.13.0014;
- d) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR n° 004/2023, para fins de controle do cumprimento de acordo, incluindo o CHIP "Acordo homologado" nos processos enquadrados na norma, evitando-se o ocorrido nos processos 0000681-71.2022.5.13.0014, e 0000337-56.2023.5.13.0014. Além disso, orientar a equipe a incluir no GIGS a atividade "Acordo", e no campo "observações", relacionar as parcelas do acordo restantes para o cumprimento total da obrigação. Já no campo "prazo",



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

preencher a data de vencimento da parcela mais próxima, acrescentando-se 05 (cinco) dias, evitando o ocorrido no processo 0000681-71.2022.5.13.0014;

e) orientar a equipe a observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, o que deve ser minuciosamente analisado pela unidade, evitando o ocorrido nos processos 0000244-98.2020.5.13.0014, 0130272-33.2015.5.13.0014, 0000727-36.2017.5.13.0014, e 0000411-18.2020.5.13.0014;

f) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento, acrescentando, no campo “Descrição” do expediente, o nome da parte beneficiária, a fim de facilitar a pesquisa no caderno processual, evitando-se o ocorrido nos processos 0000634-97.2022.5.13.0014, 0000821-42.2021.5.13.0014, 0130260-19.2015.5.13.0014, e 0130365-93.2015.5.13.0014.

Aos(às) servidores(as)

a) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0130358-04.2015.5.13.0014 (paralisado indevidamente no período de 15/07/2023 até 13/08/2023), 0000223-25.2020.5.13.0014, e 0000393-26.2022.5.13.0014;

b) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, para acrescentar, no campo “Descrição” do expediente, o nome da parte beneficiária, a fim de facilitar a pesquisa no caderno processual, evitando o ocorrido nos processos 0000634-97.2022.5.13.0014,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000821-42.2021.5.13.0014, 0130260-19.2015.5.13.0014, e
0130365-93.2015.5.13.0014;

c) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução;

d) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, observando o registro correto dos valores, bem como discriminando o efetivo beneficiário do pagamento, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0130366-78.2015.5.13.0014, 0001622-94.2017.5.13.0014, 0000681-71.2022.5.13.0014, 0000543-07.2022.5.13.0014, e 0000119-62.2022.5.13.0014;

e) utilizar o Gigs para controle de prazos e cadastro de tarefas, procedendo ao registro de cumprimento, para melhor identificação das atividades realizadas, evitando o ocorrido nos processos 0000223-25.2020.5.13.0014, 0000393-26.2022.5.13.0014, e 0001622-94.2017.5.13.0014, com Gigs vencido ou sem Gigs;

f) observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, o que deve ser minuciosamente analisado pela unidade, evitando o ocorrido nos processos 0000244-98.2020.5.13.0014, 0130272-33.2015.5.13.0014, 0000727-36.2017.5.13.0014, e 0000411-18.2020.5.13.0014;

g) ter atenção com a opção de intimação automática quando da elaboração de minutas de despachos/decisões/sentenças, e, também, o prazo a ser inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual, com o ocorrido no processo 0000223-25.2020.5.13.0014.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora constata que a 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra o cumprimento das Metas 1 (102,88%), 2 (107,08%) e 5 de 2022 (145,55%), pelo que parabeniza os servidores e magistradas pelo trabalho desempenhado.

Constata, com muita satisfação, uma significativa redução no tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDPe), que passou de 409 dias em 2022 para 281 dias em 2023, de janeiro a julho, o que certamente refletiu no cumprimento da Meta 5 de 2022 do CNJ, e no cumprimento parcial da mesma meta neste exercício de 2023. Constata ainda a Corregedora que houve um aumento considerável no quantitativo de processos baixados na fase de execução no ano em curso.

Tratando-se do Igest, a 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande mantém-se no primeiro quartil da classificação nacional elaborada pelo TST, na posição 375ª, conforme dados divulgados no último trimestre de 2023, tendo inclusive apresentado melhora em sua colocação em relação ao resultado divulgado do primeiro trimestre de 2023, indicativo da boa gestão de processos e otimização de rotinas.

Todavia, deve dispor especial atenção ao mesoindicador “Produtividade”, composto pelos indicadores “I07 – Taxa de Conciliação” (relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados), “I08 – Taxa de Solução” (relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento) e “I13 – Taxa de Execução” (relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas). Registra-se ainda que é de conhecimento da Corregedoria Regional o baixo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

volume de acordos celebrados na jurisdição, o que, de certo, contribuiu para o índice obtido no indicador.

Por fim, pontua-se, que é de grande relevância a participação de magistrados e servidores em capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente àquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução em conformidade com o Ato TRT13 SCR N° 28/2022.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Rodrigo Cavalcante Barreto, Secretário da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA
Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS

0000802-02.2022.5.13.0014	0000337-56.2023.5.13.0014	0000398-14.2023.5.13.0014
0000634-97.2022.5.13.0014	0000261-71.2019.5.13.0014	0130366-78.2015.5.13.0014
0000631-45.2022.5.13.0014	0000821-42.2021.5.13.0014	0000503-95.2022.5.13.0023
0000725-90.2022.5.13.0014	0130358-04.2015.5.13.0014	0000082-98.2023.5.13.0014
0130260-19.2015.5.13.0014	0000922-45.2022.5.13.0014	0000338-27.2021.5.13.0009
0000681-71.2022.5.13.0014	0130365-93.2015.5.13.0014	0000543-07.2022.5.13.0014
0000701-28.2023.5.13.0014	0000283-27.2022.5.13.0014	0000112-36.2023.5.13.0014

DESPACHOS CORREICIONAIS

0130221-22.2015.5.13.0014	0000485-04.2022.5.13.0014	0000339-34.2021.5.13.0034
0011500-82.2013.5.13.0014	0000119-62.2022.5.13.0014	0001622-94.2017.5.13.0014
0000223-25.2020.5.13.0014	0000244-69.2018.5.13.0014	0000393-26.2022.5.13.0014